

# ‘O *Aquenda* me deu forças pra enfrentar’: a importância dos coletivos universitários de diversidade sexual na permanência universitária de pessoas LGBT

Elder Luan dos Santos Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os coletivos e movimentos estudantis têm, historicamente, atuado coletivamente nos conflitos nas universidades, em atividades acadêmicas, e em agendas políticas tradicionais dos movimentos sociais. Os coletivos atuam na denúncia política e epistemológica das lógicas de subalternização existentes no ensino superior, emergindo um novo tipo de conhecimento mais comprometido e engajado com a transformação social. Nesse artigo discuto a relação que estudantes LGBT do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia estabeleceram com os coletivos acadêmicos, em especial os coletivos de diversidade sexual, durante parte de suas trajetórias formativas. A partir da investigação realizada, é notório que a participação das estudantes LGBT nesses coletivos contribuiu diretamente com a construção da sua permanência universitária e afiliação estudantil, assim como com os processos de aceitação e vivência da sexualidade que, não raro, tem acontecido no espaço universitário.

**PALAVRAS-CHAVE:** diversidade sexual; gênero; sexualidades; universidade.

## OS COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E O ENFRENTAMENTO DA LBGTFOBIA

No Brasil, o primeiro programa que marca a luta contra práticas discriminatórias e violências contra a população LGBT é o Brasil sem Homofobia (BSH), ação desenvolvida em 2004 pela Presidência da República e impulsionada pelas Conferências Nacionais LGBT realizadas entre 2008 e 2016.

O programa tinha como objetivo garantir a cidadania de pessoas LBGTs, a partir do combate à violência e discriminação, e da equiparação de direitos. Antes disso, porém, em 2002, temos, segundo ressalta Melo et al (2012), o primeiro marco relativo à formulação de políticas públicas para a população LGBT, que foram as menções relativas à orientação sexual no Programa Nacional de Direitos Humanos 2: entre as 518 ações, cinco delas

<sup>1</sup>Doutorando em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo, Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Historiador, membro do Gir@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação e bolsista do Projeto CAPES-COFECUB Gênero Ameaça(n)do.

sugeriam a garantia do direito à liberdade, opinião e expressão de orientação sexual, e dez delas referiam-se a garantia de direitos à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais. Melo et al (2012) destacam que os movimentos sociais encontram receptividade no governo Lula, que de 2004 em diante, com a criação do BSH, começou a garantir diversos outros direitos, como por exemplo a Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; a publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3 - 2009), o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT, 2009); a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil; e a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Tais ações, representam uma resposta do Poder Executivo à sociedade civil, em especial, às pressões feitas pelos movimentos sociais, que segundo Melo et al (2012), julgavam-se importantes no cenário em que o Poder Legislativo continuava inatuaente no que tange à seguridade dos direitos civis e sociais da população LGBT, e o Poder Judiciário continuava restrito àquelas que dispunham de condições psicológicas, sociais e financeiras de levar a frente as denúncias dos casos de LGBTfobia. A partir de 2010, com a mudança para o

governo Dilma, essas políticas começaram a ser enfraquecidas, em muito, devido à pressão realizada por setores conservadores da Câmara dos Deputados, que, entre outras coisas, atuaram diretamente no cancelamento do Projeto Escola Sem Homofobia, iniciativa do Ministério da Educação que visava a distribuição de 6.000 kits anti-homofobia para escolas de ensino médio do país. Nas eleições de 2010 houve uma forte reação negativa dos setores fundamentalistas religiosos a um eventual apoio de Dilma aos direitos sexuais, reprodutivos e à cidadania LGBT. Mesmo não havendo no plano de governo do PT para as eleições presidenciais de 2010 quaisquer demandas relacionadas a esses temas, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a ex-presidenta Dilma foram acusados de manter relações imorais com os movimentos feministas e LGBTs, financiando paradas do orgulho, apoiando a união homoafetiva, e integrando uma suposta organização que pretendia a destruição da família pela imposição da homossexualidade. A desestruturação das agendas pró-direitos sexuais ganha centralidade nos anos subsequentes. Desde 2011, Fernandes (2011) sinalizava a “ruína” (sic) dos avanços nas políticas anti-homofobia do Governo Lula, e em meio às articulações políticas da época, já indicava o avançar de “uma nova configuração das forças políticas que tem na agenda anti-homofobia um de seus eixos de irreflexão e alianças políticas conservadoras” (FERNANDES, 2011, p. 337).

O que vimos a partir de 2011 foi a articulação de uma grande aliança política conservadora que não se eximiu de tentar barrar quaisquer avanços legislativos no âmbito das questões de gênero e sexualidade, especialmente aquilo que se relaciona com a educação. Segundo Lionço et al (2016), a saúde e a educação foram justamente os setores que mais avançaram no combate à LGBTfobia. Na saúde, destaca-se a Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde LGBT, que foi instituída em 2011, tendo em 2013 a publicação de sua primeira cartilha; o acesso de pessoas trans ao Sistema Único de Saúde, inclusive com garantia, em alguns centros, do processo transexualizador e o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais, assegurado pela carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, desde 2008.

Na educação, iniciativa equivalente foi tomada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, que em 2015, instituiu o direito ao uso do nome social para travestis e transexuais em todos os níveis de escolarização das redes de ensino. Antes disso, algumas universidades já haviam se antecipado, a exemplo da Universidade Federal do Amapá, que desde 2009 deliberou pelo uso do nome social, a Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que desde 2012 possuem resoluções que estabelecem essa garantia.

Em 2016, a Presidência da República assinou o decreto 8.727/2016

que autorizava a população LGBT a utilizar o nome social nos órgãos do serviço público federal, entre eles as universidades. Segundo informação do portal de notícias G1, quando o decreto foi assinado apenas 13 universidades ainda não tinham regulamentação própria para uso, sendo que 8 delas estavam com suas resoluções em tramitação, entre elas, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que em 2016 aprovou por unanimidade o uso do nome social para estudantes travestis, transexuais e transgêneros. Além disso, outras universidades também desenvolvem políticas específicas para a população LGBT, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora, que em 2015 liberou o uso do banheiro para todos, a partir da adequação de gênero; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que através do Núcleo de Identidade, Gênero e Subjetividade (NIGS) publicou uma cartilha de combate às práticas sexistas, homo-lesbo-transfóbicas e capacitistas nos trotes universitários; e da Universidade de Brasília, que, segundo Lionço et al (2016), foi a primeira universidade federal a institucionalizar em sua estrutura administrativa uma Diretoria da Diversidade, que tinha como objetivo o acompanhamento e resolução de conflitos que envolvessem a população LGBT. Assim como a UFSC e a UNB, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia também criou um núcleo administrativo de Gênero e Diversidade Sexual, que funcionou

durante algum tempo, mas que hoje não conta nem mesmo com uma página vinculada ao site da universidade. Dentre as universidades citadas, a UNB destaca-se pela criação, em 2012, do programa de Combate à Lesbofobia, Homofobia e Transfobia, uma iniciativa que, segundo Lionço et al (2016), tinha como objetivo institucionalizar o enfrentamento dos preconceitos e discriminações à população LGBT, assim como os casos de violência decorrente da naturalização do binarismo de gênero e da heteronormatividade em instituições de ensino superior. Assim como temos relatado, já em 2012, a compreensão que possibilita a criação desse programa na UNB é a de que, a violência, o preconceito e a discriminação “podem comprometer a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, a permanência no processo de escolarização ou mesmo evasão, bem como a violação de outros direitos de estudantes, servidores técnico administrativos e docentes da instituição” (LIONÇO ET AL, 2016, p. 3). Entretanto, tais ações, a exemplo das que foram supracitadas, foram pontuais. A falta de uma política pública que direcione o olhar da gestão universitária sobre as demandas da população LGBT tem feito com que estas ações sejam localizadas e dependentes das gestões que assumem as reitorias. No caso da UNB, por exemplo, Lionço et al (2016) cita a forte oposição política que os avanços dessas políticas públicas encontram hoje em

dia e o consequente retrocesso na agenda de garantias dos direitos da população LGBT. Quem tem assumido, então, esse debate nas universidades são os coletivos de diversidade sexual através de auto-organizações e, em alguns casos, vinculados a grupos e agências de pesquisa.

Longe de estarem somente em posições passivas de violência, a vivência da sexualidade por aqueles que saíram, foram expulsos ou já chegaram fora dos armários, possibilita, segundo Pedrozo et al (2006), a organização de grupos sociais que atuam na construção de identidades coletivas, e desenvolvem ações contra as formas de violência e exclusão. O compartilhamento das experiências de violência, discriminação e exclusão, conduzem alguns desses sujeitos à busca de alternativas de superação e enfrentamento das desigualdades.

Pedrozo et al (2006) apresentam diversos movimentos estudantis de diversidade sexual, que, criados nos guetos onde a sexualidade foi submetida, têm atuado na universidade brasileira no combate às violências, desigualdades e discriminações institucionais e sociais. À época da sua investigação, a organização estudantil na universidade se dava a nível nacional através do Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero - ENUDS<sup>2</sup>, e a nível local, pelos coletivos de diversidade sexual, a exemplo dos citados por Pedroso et al.: Prisma (USP), Diversitas (UFF), Plural

<sup>2</sup>O Encontro Nacional em Universidades Sobre Diversidade Sexual e Gênero é um evento organizado por estudantes e coletivos estudantis de diversidade sexual, desde o ano de 2011 em universidades públicas do país. Em 2014, na décima segunda edição do encontro realizada em Mossoró no Rio Grande do Norte, foi aprovada a mudança do nome e da sigla do encontro, que antes se

(UEFS), e KIU! (UFBA), Aquenda e Coletivo Capitu (UFRB).

Os coletivos e os movimentos de diversidade sexual têm se esforçado para ser a força contrária da violência e discriminação, atuando na desconstrução e combate da homolesbotransfobia institucional e na visibilidade aos gêneros e sexualidades não-normativas (PEDROZO ET AL. 2006; AMARAL, 2014). Entretanto, o grande desafio desses movimentos é o heterossexismo e a heteronormatividade, reproduzida e cultuada pelo padrão normativo, que perpassa a sociedade, e, mais especificamente, as universidades.

Em estudo realizado com três coletivos universitários de diversidade sexual do estado de Minas Gerais, Amaral (2015) constata que os coletivos, tanto realizam ações políticas típicas dos movimentos sociais LGBT's, quanto atividades de cunho acadêmico, que apontam para o fato de que, para esses jovens se constituírem como militantes acadêmicos é preciso enfrentar uma via de legitimação e de disputa do campo científico de produção de conhecimentos alternativos sobre as suas realidades.

Para Amaral (2015), a conjugação de Militância e Academia é um dos principais fatores que marcam a inovação dos coletivos universitários de diversidade sexual. A atuação desses grupos nos espaços públicos é marcada, segundo Amaral (2015), pela aproximação com discussões teóricas

realizadas no seio da universidade e pela participação de seus membros em grupos de pesquisa e extensão que envolvem outros sujeitos, já a atuação nas atividades acadêmicas é atravessada pelas visões adquiridas no cotidiano da militância, que oferecem subsídios empíricos para a realização dessas ações.

A participação ativa desses coletivos, tanto em atividades acadêmicas quanto em agendas políticas tradicionais dos movimentos sociais, colocam questões novas sobre a trajetória formativa e a permanência desses estudantes na universidade, que, agora, além de possivelmente marcada por ações de violências cotidianas e espetacularizadas, atravessa a possibilidade de agência política no cotidiano universitário, que põe em disputa o campo científico e a produção de discursos alternativos e de uma política do cotidiano que transformem suas realidades e as práticas de desigualdades (AMARAL, 2015). Para Amaral (2014) os coletivos e movimentos estudantis têm, historicamente, atuado coletivamente nos conflitos nas universidades, sendo um dos principais espaços de protagonismo juvenil. No caso dos coletivos de Diversidade Sexual, assim como com outros coletivos que assumem outras bandeiras, o debate não se furta a suas demandas, preocupando-se também com questões sociais gerais e mais especificamente com a defesa de uma educação pública de qualidade e

uma sociedade mais justa e igualitária. Os coletivos, e mais especificamente os grupos de pesquisa e estudos das questões de gênero e sexualidade, ainda atuam na denúncia política e epistemológica das lógicas de subalternização existentes no ensino superior, emergindo um novo tipo de conhecimento, que desde a sua produção está mais comprometido e engajado com a transformação social (AMARAL, 2012). A construção de uma ciência engajada que fundamenta teorias que pretendem visibilizar a voz dos movimentos sociais e das pessoas subalternizadas são incorporadas por esses grupos, criando um movimento que se coloca na contramão das injustiças epistêmicas e do governo da sexualidade nos currículos oficiais, inventando novas possibilidades de re-existência na universidade.

Em matéria publicada no Jornal Extra em dezembro de 2016, o jornalista Ramon de Angeli afirma que os coletivos de diversidade sexual melhoram a vida dos calouros LGBT. Angeli (2016) utiliza como exemplo o caso das Universidades Estadual do Rio de Janeiro e a Federal Fluminense, onde respectivamente o grupo NuDES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidade, e o coletivo Lamparinas atuam no combate à opressão no meio acadêmico, contribuindo no empoderamento de pessoas LGBT que se encontram em situação de opressão. Da mesma forma, o GUDDS! – Grupo Universitário em

Defesa da Diversidade Sexual surgiu na Universidade Federal de Minas Gerais como respostas às práticas de preconceito e discriminação contra estudantes LGBT. O que há em comum em todos esses coletivos, é a vinculação entre militância e academia e a sua atuação além das instâncias formais de representação estudantil na universidade.

Para Amaral (2014), além disso, os coletivos de diversidade sexual universitários têm ressignificado as formas de militância e focado na luta contra a homofobia e o heterossexismo que atravessam a sociedade e mais especificamente a universidade. Para o autor, a ação dos coletivos de diversidade sexual tem se diferenciado das ações universalistas do tradicional movimento social organizado, que ao longo do tempo, devido a sua institucionalização, passou a enquadrar os sujeitos LGBT em um modelo hegemônico aceitável da sexualidade e digno de atenção das políticas sociais. Isso tem se dado porque parte desses coletivos não têm fundado sua militância em um único sujeito político, aproximando mais daquilo que seria, segundo Amaral (2014), uma militância queer. Para o autor, nos coletivos os quais sua pesquisa foi realizada, existia uma multiplicidade maior de sujeitos LGBT, assim como havia uma concepção menos homogênea desses sujeitos, em muito, atrelada aos estudos queer<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>A teoria queer surge a partir de uma forte crítica às Ciências Sociais ao salientar que ao longo da história a heterossexualidade foi sempre apontada como sinônimo da ordem social. Em inglês, o termo queer foi durante muito tempo utilizado para depreciar pessoas homossexuais e significa estranho, esquisito, excêntrico, entre outros adjetivos que referem-se a algo que esteja "fora do normal".

Elas/es entendem que eleger uma identidade específica como a categoria universal que marca o sujeito político dessa militância pode provocar o silenciamento de outros sujeitos que também são afetados pela norma. Além disso, tomar os sujeitos como ontologicamente naturais pode provocar a invisibilização das lógicas de poder que atuam por trás da construção desse sujeito desrespeitado (AMARAL, 2014, p. 169).

Parte dessa compreensão é ancorada em Judith Butler (2000), uma das principais teóricas queer, que compreende que políticas que se pressupõem democráticas são, em suma, construídas com base em exclusões e concepções universalistas. Para a autora, quando se define uma política universal e essa necessidade de representação de uma suposta vontade geral, as vontades individuais e os sujeitos específicos estão sendo substituídos e subjugados. Aquelas que, dessa forma, permanecem do lado de fora da vontade geral, e não são representados por ela, passam também a não serem reconhecidas como sujeitos.

Os coletivos de diversidade sexual se atrelam mais à perspectiva que prevê as especificidades individuais, sem a defesa de um sujeito homossexual universal, por terem como principal agenda na universidade o combate à LBGTfobia, o enfrentamento da heteronormatividade e a defesa da multiplicidade de sujeitos. Para Amaral (2014), esses coletivos têm buscado incorporar em sua ação política as críticas que vêm sendo feitas pela teoria queer, tentando construir sujeitos coletivos que não se baseiem em uma identidade sexual homogênea e constitutiva do movimento.

Os coletivos, além de atuarem na denúncia de ações de violência, discriminação e opressão, tornam-se também espaços de vivência e sociabilidade LBGT. O agrupamento nos coletivos e a construção das redes de sociabilidade acabam se configurando como uma política afirmativa não institucionalizada, que tanto denuncia e visibiliza atos de LBGTfobia e práticas de discriminação e inferiorização, quanto proporciona uma permanência mais facilitada, criando lugares confortáveis para expressão da sexualidade.

As redes de sociabilidade, por si só, já criam espaços de segurança para vivência e expressão da sexualidade. Autores como Parker (2002), Macrae (1983), Perlongher (1987) e Castells (1999) afirmam o quanto as redes de sociabilidades, formadas a partir dos agrupamentos, muitas vezes em guetos, contribuíram e contribuem na construção das identidades e nos processos de auto-organização, garantindo condições de existência e manifestação de pessoas LBGT. A criação de guetos para sujeitos com vivências e expressões de gênero e sexualidade não normativas veio, segundo Parker (2002), com a urbanização e modernização das cidades e o preconceito e as dificuldades de homosociabilização em espaços públicos. Entre as décadas de 80-90, uma subcultura gay começa a ser gestada a partir de uma geografia sexual que possibilitava o encontro de homens

---

O termo é então recuperado pelo movimento LBGT e passa a ser utilizado como uma forma positiva de auto-identificação. Segundo Tadeu (1999) o termo funciona como uma manifestação política de que a intenção da teoria queer é perturbar a normalidade e complicar a questão da identidade sexual. Em suma, a teoria queer compreende a sexualidade como uma construção social, que, tal

com homens em espaços públicos, porém mais reservados. A procura por esses lugares, vinha atrelada à necessidade de encontrar-se em espaços onde houvesse maior segurança de ataques violentos (MACRAE, 1983). Da mesma forma, a dificuldade de socialização nas universidades entre aqueles com sexualidades, gêneros, performances e corpos não normatizados, contribui para que, estrategicamente, lugares específicos para a vivência e interação desses sujeitos sejam criados. Entretanto, assim como a criação de guetos e a construção de uma subcultura do desejo criou culturas de resistências, que resultaram na organização de movimentos sociais gays e na visibilização da homossexualidade no final do século XIX (PARKER, 2002), os guetos criados na universidade para a vivência e a experimentação da sexualidade, do corpo, do gênero e do desejo, também possibilitam a organização, politização e visibilidade desses estudantes universitários.

É isso que anunciam e denunciam as interlocutoras que participaram do estudo que realizei entre 2016-2017 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) sobre a permanência e a afiliação estudantil de pessoas LGBT na universidade. Ao todo entrevistei seis estudantes, que nesse artigo terão suas identidades preservadas e serão identificados por nomes de Drag Queens - Chi Chi

DeVayne, Bob The Drag Queen, Alaska e Bebe Zahara - e Drag Kings - De Ville e Nágila.

Chi Chi DeVayne, Bob The Drag Queen, Nágila e Bebe Zahara se autodeclaram negros, possuem de 22 a 30 anos, e são oriundos de cidades do interior da Bahia. De Ville e Alaska se autoidentificam como brancos, têm entre 21 e 22 anos, e também são oriundos do interior da Bahia. Nágila e De Ville se identificam como mulheres cis lésbicas, Alaska é bissexual, Chi Chi DeVayne, Bob The Drag Queen, Bebe Zahara se identificam como viados.

O CAHL é um dos sete centros de ensino da UFRB, universidade criada em 2006 a partir do programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federais (REUNI). A definição do CAHL como lócus da pesquisa se deu a partir dos resultados de outro estudo realizado em 2014 na UFRB, que investigou a permanência e afiliação de estudantes não-heterossexuais (SILVA, 2014). Nesse estudo, o CAHL foi apontado como o espaço institucional da UFRB com maior diversidade sexual e de gênero, o campus com maior respeito e acolhimento a essa diversidade, e o centro onde existiam mais atividades e disciplinas que debatessem as relações de gênero e sexualidade.

A pesquisa foi orientada a partir do referencial teórico-metodológica da etnometodologia (COULON, 1995) e da etnopesquisa implicada (MACEDO, 2012) transversalizadas pelo campo dos estudos feministas, gays, lésbicos e

pós-estruturalistas. A chave para o acesso, compreensão e revelação do que está sendo pesquisado se dará na participação e abertura dos sujeitos, que, a partir da orientação na etnometodológica (COULON, 1995), compreende que as agentes e interlocutoras da pesquisa, jamais serão vistos como idiotas culturais, nem como epifenômenos experimentais. A etnopesquisa implicada, compreende a ciência como uma prática social, partindo do fato de que aqueles que querem compreender estão de toda forma vinculados com a coisa em questão, transformando a ciência em um objeto familiar, próximo do pesquisador, que é capaz de – e não há problema em – se comunicar com outro, de perceber a pesquisa em uma relação eu-tu-nós, transformando as interlocutoras da pesquisa em parceiras de transformação do mundo (MACEDO, 2012).

No tópico seguinte, discuto a relação que as interlocutoras da pesquisa estabeleceram com os coletivos acadêmicos, em especial os coletivos de diversidade sexual, e a forma como a participação nesses coletivos contribuiu com a construção da permanência universitária e com os processos de aceitação e vivência da sexualidade.

### **CONSTRUINDO PERMANÊNCIAS: A ATUAÇÃO DOS COLETIVOS NO CAHL-UFRB**

Ao falar sobre sua experiência universitária, Chi Chi Devayne ressalta o quanto se sentir representada impactou na sua decisão de ingressar no Centro de Artes, Humanidades e

Letras (CAHL). Abandonado pela família logo após se assumir gay, sem vínculos muito fortes em seu campus anterior, Chi Chi Devayne encontrou em Cachoeira e nos estudantes do CAHL uma possibilidade de vivenciar a sua sexualidade, e de se sentir representado e acolhido. A decisão de cursar Jornalismo se dá por causa da cidade, do centro de ensino, das pessoas e do coletivo de diversidade sexual existente, e não necessariamente por um desejo ou identificação com o curso.

Então essa experiência assim enquanto viado, no CAHL, dentro da universidade, tem uma contribuição muito forte, porque aqui eu tive representatividade, aqui eu consegui abrir mais a minha mente, pra questão sabe, que eu nem tinha noção, tipo assim, tinham coisas que a gente falava e era meio que equivocada, então aqui abriu um espaço maior pelas discussões que as pessoas tem na mesa de bar e em diversos espaços, aqui mesmo nos espaços da universidade, nos coletivos que eu comecei a fazer parte, comecei a me tornar militante a partir do CAHL também, porque aqui tem uma representatividade muito forte (Chi Chi Devayne).

Para Bob The Drag Queen, outro interlocutor da pesquisa, a parte mais difícil da entrada na universidade foi se reconhecer na sala de aula, e se sentir parte do curso. A dificuldade financeira foi sanada com a obtenção, logo em seu primeiro semestre, da assistência estudantil, e mais tarde com o ingresso no Programa de Educação Tutorial, onde atuava como bolsista. Porém, o processo de reconhecimento e auto aceitação se deu fora da sala de aula, quando ele começou a fazer parte do movimento estudantil, dos coletivos de diversidade sexual e do movimento negro.

Bob The Drag Queen elege os espaços formativos nos movimentos que participa como os mais importantes para sua formação e permanência universitária.

Eu acho que o processo de me sentir parte da universidade, de me sentir pertencente daquilo, foi o mais difícil, e que só veio no segundo, terceiro e no quarto semestre. E isso se deu nos corredores, né? Os corredores da universidade eu acho que é o espaço onde a gente se forma, os corredores, o pátio, são os espaços que a gente se forma mais do que na sala de aula. Eu acho que nos corredores, por exemplo, você pode escolher com quem você quer andar, você escolhe, você formar grupos, dentro da sala de aula é mais difícil. E foi isso que deixou esse espaço mais facilitado, a relação com os outros estudantes, estudantes de outros cursos, estudantes negros, estudantes LBGTs, no Akofena, no Aquenda, o contato com o movimento estudantil, tudo isso ajudou.

Bob The Drag Queen ressalta que a maior vilã da sua formação é a sala de aula. Assim como Bebe Zahara, eles relatam que a sala de aula não passava de uma obrigação, e uma obrigação muitas vezes tortuosa, e que não frequentá-la, ou frequentá-la o mínimo possível, ao mesmo tempo frequentando os espaços dos coletivos e criando redes de sociabilidade, foram a principal estratégia de permanência na universidade. Tanto Bob The Drag Queen, quanto Bebe Zahara contam que a maior motivação que tinham de vir para a universidade era encontrar os outros pares e vivenciar aquilo, que, às vezes, não é possível de ser vivenciado do lado de fora dos muros da instituição. Afastar-se da sala aparece, então, para Bob The Drag Queen, como a principal estratégia desenvolvida para permanecer.

Bebe Zahara entrou na universidade cheio de expectativas. Estava começando a se descobrir como gay, e considera que seu primeiro semestre na universidade foi essencial nesse processo. Ele conecta o seu processo de adaptação à universidade com o seu processo de aceitação, por ele próprio e pelos outros estudantes, que, ao contrário da escola, que se constituía como um espaço de opressão, o ensino superior era para ele um lugar onde havia diversidade de gênero e sexualidade, coisa que até então ele não estava acostumado em seu cotidiano.

O processo da vergonha para o orgulho se deu na trajetória universitária, onde eu tive acesso a esses movimentos sociais, com as teorias de gênero e sexualidade, com esses coletivos, com os meus pares que me possibilitou eu passar da vergonha pro orgulho, nesse período, e enfrentar também, a minha vida fora da universidade, com a minha família, com meus amigos, com a minha cidade. A adaptação ao cotidiano da universidade foi então muito boa, prazerosa, cheia de descobertas, e eu me senti assim, eu vi tanta diversidade, né, com outras pessoas de outras regiões, com outros pensamentos, variadas idades, variadas orientações sexuais, variados movimentos, movimento negro, movimento LBGT, movimento queer, movimento de mulheres, movimento, enfim.

Para Bebe Zahara, entrar na universidade significou um processo de amadurecimento, ele relata que já sabia que era gay, porém só conseguiu transformar a vergonha e o estigma em orgulho, depois que teve acesso aos coletivos estudantis e as discussões teóricas, que ao contrário de tudo que ele tinha ouvido até então, não mais o posicionava e posicionava a sua sexualidade como uma anomalia ou pecado. Bob The Drag Queen também

afirma essas questões, salientando que isso se deu dentro da universidade, porém não nos espaços de formação da sala de aula, mas sim nos coletivos de diversidade sexual.

O meu posicionamento político hoje, de me reconhecer enquanto preto e viado, ele veio depois que eu entrei na universidade, e nessa formação de corredores, nessa formação política que você não tem na sala de aula. Toda hora eu estou falando que a sala de aula é horrível. Mas a gente não tem na sala de aula, a gente tem nos corredores. Pra me reconhecer enquanto Preto e LGBT, só mesmo depois da universidade. Depois de você ter contato com outros estudantes LBGTs e negros, e você perceber a importância dessa afirmação, e a importância desse posicionamento político, o que eu só entendi depois que estava aqui (Bob The Drag Queen).

Alaska, estudante bissexual, também corrobora com a afirmação de Bob The Drag Queen de que isso se deu na universidade, porém não nos espaços formais de aprendizagem:

A universidade é um.... Eu falo a universidade e incluo basicamente os coletivos que eu participei, eu acho que é um espaço que você encontra teorias para te explicar assim sabe, para se entender como você pode agir no mundo sobre a sua sexualidade, sobre seu gênero, sobre suas identificações políticas, enfim. Eu acho que é um espaço bem interessante para você se entender, e você passa por vários processos de mudança durante o período, então quando eu cheguei aqui eu tinha uma visão completamente diferente sobre sexualidade e gênero da visão que eu tenho hoje, nesse cabedal que eu adquiri nos quatro anos. Então eu acho que foi decisivo assim, para me entender.

Alaska conta que escolheu o CAHL pelo que os colegas de sua cidade falavam sobre o centro, escolheu a UFRB para fazer Jornalismo, porém, assim que entrou na universidade, foi recebido com ataques homofóbicos, através de mensagens pixadas no banheiro da instituição que pediam “morte aos gays”.

Segundo ele, isso foi um baque e o fato de não ter nenhum tipo de resposta institucional, ou mesmo atuação de algum coletivo de diversidade sexual, que encabeçasse qualquer tipo de manifestação contra isso, intensificou a sensação de que aquele não era um espaço seguro para LBGTs. No momento em que Alaska ingressou no centro, o coletivo de diversidade sexual estava inativo, e, ao contrário das outras interlocutoras, que atribuem aos coletivos os processos de facilitação da permanência universitária e da identificação com o espaço universitário, para Alaska, era justamente a falta de um espaço como esse que contribuía para que houvesse manifestações de violências LBGTfóbicas.

Meu primeiro semestre foi problemático assim, logo quando eu cheguei em 2012 foi quando teve aquele começo de ter mensagens escritas no banheiro de “morte aos gays”, e aí você se sente meio receoso, e quando eu cheguei não tinha nenhum grupo coletivo ativo, o Aquenda ainda estava inativo na época, então eu fiquei muito perdido assim para trabalhar essas questões de sexualidade. Já tinha me assumido para os meus pais e tal, só que eu via que o pessoal da minha sala era muito conservador, então meu primeiro semestre foi um baque. A partir do segundo, foi quando que eu comecei a conhecer o Aquenda foi quando as coisas foram melhorando.

Alaska reforça aquilo que Amaral (2015) e Nadir et al (2015) já haviam salientado, de que a instituição universitária é LBGTfóbica e atua na reprodução, produção e atualização das desigualdades sociais. No caso do CAHL, o que o faz ser um espaço mais seguro para a vivência das interlocutoras são os coletivos de diversidade sexual.

Segundo Chi Chi Devayne, De Ville, Nágila, Bob The Drag Queen, Alaska e Bebe Zahara, a universidade não tem desenvolvido nenhum tipo de atividade que atue no combate da violência e que discuta relações de gênero e diversidade sexual. Todas elas apontam somente a existência de atividades desenvolvidas pelos coletivos de diversidade sexual, conferindo a eles, o mérito pela existência dessas discussões.

Só as atividades dentro dos coletivos. A universidade em si fez não fez nenhuma. Agora nessa nova gestão está propondo algumas atividades, que foi por pressão estudantil também, que a gente meio que exigiu que tivesse um espaço para debater gênero e sexualidade na recepção dos calouros, aí eles estão colocando a temática nessa recepção, mas fora isso. (Alaska).

Segundo Chi Chi Devayne, até existem ações que tentam facilitar a permanência de estudantes LGBTs na universidade, porém elas têm sido promovidas, também, pelos próprios estudantes, através da atuação do coletivo de diversidade sexual Aquenda, que desenvolveu cartilhas que orientam o uso do nome social, o uso do banheiro por pessoas travestis e transexuais, além das rodas de conversas que funcionam como redes de apoio à estudantes gays, lésbicas e bissexuais e trans. Além disso, o Aquenda foi responsável pela confecção de dois dossiês sobre violência e LGBTfobia na UFRB, que foram encaminhados à gestão de centro e a Pró-reitoria de políticas afirmativas e assuntos estudantis, mas que, segundo relata Alaska, ainda não resultaram em nenhuma política efetiva, exceto a

portaria que decreta o uso do nome social.

O Aquenda é um Coletivo de Diversidade Sexual criado pelos estudantes universitários no Centro de Artes, Humanidades e Letras em 2010 com o objetivo de alcançar o respeito pleno à livre sexualidade. Segundo a “Carta do Aquenda”, documento de apresentação do grupo disponível na página oficial do coletivo na internet, o coletivo se funda com o objetivo de:

Na UFRB, pretendemos atuar de forma que possamos alcançar o respeito pleno à livre sexualidade. Além disso, queremos buscar a humanidade que é negada cotidianamente aos nossos corpos [...], chamar atenção daquels que nos oprimem por não seguirmos os modelos de identidade apresentados pelo movimento. [...] Nossa proposta é reunir forças com aqueles que se sentem oprimidxs pelo modelo hegemônico de sexualidade, gênero, raça, religião e estilo de vida. (CARTA DO AQUENDA, 2010).

É unanimidade entre as interlocutoras a importância dos coletivos de diversidade sexual na sua trajetória universitária. O apoio encontrado nesses coletivos torna-se a principal política de permanência para estudantes LGBTs, contribuindo tanto na fixação dos mesmos na universidade, quanto na construção do orgulho e na vivência e expressão dos gêneros, sexualidade e identidades dissidentes. Para algumas interlocutoras, esses espaços de vivências tornam-se mais importantes do que os espaços formativos, como as salas de aula.

Bebe Zahara, Nágila e Bob The Drag Queen relatam, que passaram a vir para universidade, não mais para assistir aula, mas para encontrar seus pares e

vivenciar o que esses encontros lhes proporcionavam. A formação profissional acaba ficando em segundo plano, porque existe uma demanda identitária muito maior que precisa ser sanada, e que a sala de aula não dá conta.

Eu acho que os coletivos foram de extrema importância, por mais que não sejam coletivos formados, quando eu digo coletivo é grupo mesmo de pessoas, não só coletivos como o Aquenda, o Akofena, que foram superimportantes pra minha permanência aqui dentro da universidade. Eu me reconheço muito dentro do Aquenda, dentro do Akofena, mas principalmente nos grupos que são formados mesmo sem nome. Mesmo sem ser um coletivo organizado, a gente se reconhecer no grupinho de viados que andam juntos, nos grupos de viados pretos que a gente forma dentro da universidade pra andar junto, pra colar junto, pra se discutir raça, pra se discutir sexualidade, eu acho que é super importante pra você trocar ideia sabe, a troca de ideia ela é importante sabe, pra você se formar. Eu digo que eu me formo dentro da universidade fora disso porque eu troquei ideia, porque eu tive com quem conversar fora da sala de aula, mais do que dentro (Bob The Drag Queen).

Todas as interlocutoras fazem ou fizeram parte do Aquenda Coletivo de Diversidade Sexual, Bebe Zahara e Bob The Drag Queen fazem parte também do Akofena, coletivo de negros e negras, e De Ville e Nágila fizeram parte do Gritem, coletivo de mulheres. Todas elas relatam que os coletivos contribuíram principalmente em sua formação política, na discussão de questões teóricas e acadêmicas sobre gênero, sexualidade e raça, e na constituição de redes de apoio e segurança, principalmente quando aconteciam casos de violência. Bebe Zahara relata que o coletivo de diversidade sexual lhe deu forças para enfrentar essas situações, ao tempo que lhe deu

segurança de que não estava sozinha, lhe dando coragem para enfrentar as adversidades que surgiam em seu processo formativo.

O Aquenda me deu forças pra enfrentar. Eu sabia que eu não estava sozinho entendeu, eu sabia que existiam outros amigos meus que estavam pautando as questões de gênero e sexualidade nos seus cursos, então, era um estímulo de ir pra aula, de saber que o que eu estava dizendo ali não era um pensamento só meu, era um pensamento político organizado. E isso me incentivava, me dava coragem para o enfrentamento, então isso foi um marco muito bom de vivência da universidade de forma plena, por causa desses coletivos. (Bebe Zahara).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS SOBRE O AQUENDA!**

De maneira geral, a universidade, assim como outros espaços sociais, se construiu e continua se constituindo a partir de referenciais racistas, misóginos, classistas e LGBTfóbicos. A universidade não se isenta da produção de microfacismos que se organizam e articulam através dos currículos, projetos políticos-pedagógicos e práticas de ensino que se constituem tendo a heterossexualidade e a cisnormatividade como regra (GIVIGI; OLIVEIRA; 2013).

Nadir et al (2015) e Givigi e Oliveira (2013) sinalizam as normativas universitárias institucionais ou acadêmicas como reprodutoras dos padrões que normatizam os corpos, gêneros e sexualidades, e que contribuem para a geração de violências físicas e subjetivas. Há ainda uma dificuldade de as instituições universitárias reconhecerem a dimensão

institucional do preconceito, e a sua participação e responsabilidade na manutenção das hierarquias sociais relacionadas à sexualidade, gênero, classe e raça. Segundo Nadir et al (2015), essas hierarquias têm ocupado um lugar central no contexto universitário, onde, não raro, as sexualidades não-heterossexuais são utilizadas como insulto, entre outros mecanismos e estratégias regulatórias que pretendem manter a heterossexualidade como norma.

Os relatos apresentados nesse texto dão conta da importância dos coletivos de diversidade sexual no enfrentamento dessas situações de violência, assim como na construção de permanências simbólicas e no processo de afiliação dos estudantes à universidade. Os coletivos de diversidade sexual, e especificamente no caso do Centro de Artes Humanidades e Letras, o coletivo Aquenda, contribuem para que novos corpos, novos sujeitos, novas sexualidades possam ser vivenciadas, expressadas e politizadas no espaço universitário.

O papel e a importância do Aquenda ficam marcados nos relatos feitos pelas estudantes interlocutoras que, de alguma forma, participaram do Coletivo ou de atividades realizadas por ele. Essas estudantes atribuem ao coletivo uma grande importância pela transformação constante do espaço universitário em um lugar de acolhimento, em um lugar onde não apenas se vivenciavam gêneros e

sexualidades dissidentes, mas também onde se discutia sobre gênero, sexo, sexualidade, raça, corpo, performance, e outros temas que, não raro, passavam quase que despercebidos durante a formação acadêmica, mesmo em um centro de artes, humanidades e letras. Segundo informam as estudantes, o Aquenda foi o primeiro, e por muito tempo o único, espaço universitário onde era possível discutir teoricamente e politicamente questões de gênero e sexualidade. Foi também no Aquenda e a partir do Aquenda que questões de gênero e sexualidade, que já faziam parte do dia a dia do Centro de Artes, Humanidades e Letras, passam a ser abertamente discutidas: seja para apontar a LGBTfobia institucional e práticas LGBTfóbicas que convivam lado a lado com a expressão das diferenças, seja para debater gênero e sexualidade com a comunidade universitária e em especial com as estudantes LGBT que chegavam ao centro, em muito, em função do seu modus de lidar com as sexualidades e gêneros dissidentes e/ou não-hegemônicos.

A política de acolhimento a estudantes LGBT foi algo que, durante muito tempo, ficou exclusivamente a cargo do coletivo de diversidade sexual. As interlocutoras apontam que o Aquenda desenvolveu cartilhas que orientam o uso do nome social, o uso do banheiro por pessoas travestis e transexuais, rodas de conversas, eventos acadêmicos, entre outras ações que funcionavam como redes de apoio a estudantes gays,

lésbicas, bissexuais e trans. Além disso, o Aquenda foi responsável pela confecção de dois dossiês sobre violência e LGBTfobia na UFRB, que em 2017 foram encaminhados à gestão do CAHL e à Pró-reitoria de políticas afirmativas e assuntos estudantis. O Aquenda, durante muito tempo, se constituía como a principal ferramenta que possibilitava a permanência simbólica de estudantes LBGTs, assim como principal espaço formativo em suas experiências universitárias, atuando na publicização das sexualidades e no enfrentamento das práticas de violência e LGBTbofobia, se posicionando contra a heteronormatividade e construindo táticas de sociabilização, expressão das identidades e conscientização da comunidade universitária a respeito de suas condições, reivindicando não só o direito à experiência universitária em todos os seus âmbitos mas o direito de conviver e viver na sociedade. É notória a importância dos coletivos de diversidade sexual para as estudantes interlocutoras dessa pesquisa. Seja para construção das redes de sociabilidade, quanto de agrupamentos coletivos, o apoio encontrado nessas redes, como a constituída pelo Aquenda no Centro de Artes, Humanidades e Letras, tornava-se a principal política de permanência para estudantes LBGTs, contribuindo tanto na sua fixação na universidade, quanto na construção do orgulho e na vivência e expressão dos gêneros, sexualidade e identidades dissidentes. Os coletivos de diversidade sexual

constituem para essas estudantes um lugar seguro, onde é possível se expressar, onde o corpo pode falar, onde as vozes são ouvidas e onde se constroem as relações que davam suporte para enfrentar a violência LBGTfóbica universitária e outros intempéries da vida estudantil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Julião Gonçalves. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LBGT. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, p. 133-179, 2014.

\_\_\_\_\_, Julião Gonçalves. Conflitos e ações coletivas nas universidades: elementos teóricos sobre novas formas de militância nas instituições acadêmicas. *Revista vozes*, nº05, ano III, 2014, UFMG.

\_\_\_\_\_, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Revista Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 229-262, 2015.

ANGELINE, Ramon de. Coletivos LBGTs melhoram vida acadêmica dos calouros. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/coletivos-lgbts-melhoram-vida-academica-dos-calouros-20612284.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record, 2003.

CASTELLS, M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

COULON, Alain. *Etnometodologia e educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010) [tese] / Felipe Bruno Martins Fernandes ; orientadora, Miriam Pillar Grossi. - Florianópolis, SC, 2011. 422p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: o Recôncavo baiano sai do armário. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, et al. O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade. p. 13 – 29, 2013.

LIONÇO, Tatiana et al. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade lgbt da unb. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 2016, Vitória - ES. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade lgbt da unb. [S.l.: s.n.], 2016.p. 12-24. Disponível em: <[http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467426591\\_ARQUIVO\\_escuta\\_diversa\\_resumoexpandido\\_final\\_2016.pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467426591_ARQUIVO_escuta_diversa_resumoexpandido_final_2016.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas, Unicamp, 1990.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

NARDI, Henrique Caetano et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Revista Teoria & Sociedade, 2013.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador. Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Record. 2002.

PEDROZO ET AL. Os grupos e a construção de uma identidade coletiva: estudos sobre grupos que atuam no interior da UFBA. In: Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares/organizadores Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 51-60, 2006

PERLONGHER, Nestor. O Negócio do Michê. São Paulo: Brasiliense, 1987.